

OPTIMIZE SELECÇÃO DEFENSIVA
FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL



RELATÓRIO E CONTAS
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE

2021



OPTIMIZE
Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade no primeiro semestre de 2021	4
1.2	Características principais do Fundo	10
1.3	Evolução do fundo	11
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	14
2.1	Balanço em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020	15
2.2	Demonstração dos Resultados em 30 de junho de 2021 e 2020	16
2.3	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2021 e 2020	17
3	Divulgações	18
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	19
4	Certificação das Contas.....	26

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade no primeiro semestre de 2021

MERCADOS FINANCEIROS NO 1º SEMESTRE DE 2021

VACINAÇÃO E ESTÍMULOS A SUPORTAR O CRESCIMENTO GLOBAL

1.º SEMESTRE 2021

A primeira metade do ano foi marcada pela vacinação em massa da população mundial. Embora no início do ano tenham surgido alguns atrasos na disponibilização das vacinas, e várias variantes da Covid-19, a produção e a distribuição das vacinas já progredem ao ritmo pretendido. Esta evolução permitiu que a reabertura da economia mundial fosse mais célere do que o estimado, sendo já visível nos números das projeções para o crescimento económico mundial por parte de vários organismos, como por exemplo o FMI, OCDE, assim como pelos principais bancos centrais. Estas revisões são suportadas por uma melhor adaptação da população às restrições pandémicas, ao avanço do processo de vacinação e pelos reforços nos estímulos governamentais. Como consequência, a reabertura da economia aliada às fortes injeções monetárias por parte dos bancos centrais e os fortes estímulos governamentais começam já a pressionar uma procura no consumo acima da oferta disponível, originando inevitavelmente, a subida de preços, ou seja, inflação. Portanto, enquanto a oferta não se ajustar ao crescimento do consumo, vamos assistir a picos de inflação, com valores acima das metas propostas, levando a algumas situações de escassez nas cadeias de abastecimento.

EUA

Nos EUA, os estímulos monetários e fiscais estão a catapultar a inflação para níveis bastante acima das metas pretendidas. A nível governamental, os programas de infraestruturas de \$ 1 *trillion* e os apoios ao emprego, estão e, vão continuar a suportar o crescimento. Pela política monetária, a FED, na sua última reunião de junho, antecipou uma inflação de 3,4% para o final deste ano, sendo que para os anos seguintes é projetado que estabilize nos 2%. A taxa de desemprego, deverá terminar o ano nos 4,5% e para o GDP, um crescimento de 7%. Perante estes números, o organismo admitiu poder antecipar o início da subida das taxas de juro de 2024 para 2023. De realçar que 7 dos 18 membros, defendem a subida das taxas já a partir do próximo ano. Perante este cenário, qualquer decisão de reversão das políticas acomodatórias será baseada em evidências concretas e serão sempre ténues de forma a permitir a contínua confiança dos agentes económicos e a refletir a melhoria dos dados económicos. Para a segunda metade deste ano, o simpósio anual de Jackson Hole em agosto e a reunião da FED de setembro, assumem especial importância na definição das medidas, assim como na calendarização da reversão das atuais políticas acomodatórias.

EUROPA

O processo de vacinação na Europa está a evoluir favoravelmente, o que está a permitir acelerar a reabertura da economia. Os dados do PMI registam o efeito destas melhorias apresentando valores historicamente elevados, a refletirem a confiança na expansão da economia por parte dos principais agentes económicos. A normalização da política monetária na zona euro está bem mais atrasada do que nos EUA. Por enquanto, não se discute qualquer reversão das atuais políticas acomodatórias. O atual programa de compras 1.85 triliões de euros de obrigações vai continuar até março do próximo ano e é assumido que vão continuar a comprar ativos para além do término da atual crise.

Eventuais picos inflacionistas acima de 2%, serão temporários, devendo terminar o ano nos 1,9% e 2022 em 1,5%. Enquanto a inflação não estabilizar nos 2%, não se espera reversão das atuais políticas monetárias na zona euro.

JAPÃO

No Japão, a pandemia agravou os problemas de inflação baixa. Contudo a forte subida dos preços das matérias-primas vai permitir que a taxa de inflação suba até ao final do ano. As tensões sino-americanas pressionaram o iene em alta, dificultando o objetivo de inflação. Na vertente monetária não é esperado que o BoJ proceda a qualquer alteração à atual política ultra expansionista.

MERCADOS EMERGENTES

Nos países emergentes, a vacinação segue a velocidades bem distintas. Na América Latina, o Chile já atinge os 60% de pessoas que já tomaram pelo menos 1 dose, enquanto Brasil e Argentina estão apenas a 30%. Na Ásia, a China apresenta uma taxa de vacinação nos 43% enquanto a Índia continua muito atrasada, apenas com 15%. Um especial destaque para a China, a única economia a terminar o ano pandémico com crescimento positivo, já vislumbra ultrapassar a economia americana a partir do ano de 2026. Se é verdade, que cresceu nas últimas décadas com o selo *copycat nation* fruto das suas inúmeras indústrias de contrafação, acontece que em resultado do forte investimento em infraestruturas da nova tecnologia, este mercado está na vanguarda da inovação tecnológica, sendo a nação que apresenta melhor dinâmica no registo de patentes. As autoridades chinesas já estão mais avançadas na normalização das políticas de estímulos fiscais e monetários de forma a limitar as pressões inflacionistas.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2018	2019	2020	2021 (P)	2022 (P)
Mundo	3,60%	2,80%	-3,30%	6,00%	4,40%
Zona Euro	1,90%	1,30%	-6,60%	4,40%	3,80%
Alemanha	1,50%	0,60%	-4,90%	3,60%	3,40%
França	1,70%	1,50%	-8,20%	5,80%	4,20%
Itália	0,90%	0,30%	-8,90%	4,20%	3,60%
Espanha	2,60%	2,00%	-11,00%	6,40%	4,70%
Portugal	2,40%	2,20%	-7,60%	3,90%	4,80%
Estados Unidos	2,90%	2,20%	-3,50%	6,40%	3,50%
Canadá	1,90%	1,70%	-5,40%	5,00%	4,70%
Japão	0,80%	0,70%	-4,80%	3,30%	2,50%
Reino-Unido	1,40%	1,50%	-9,90%	5,30%	5,10%
China	6,60%	6,10%	2,30%	8,40%	5,60%
Índia	6,80%	4,20%	-8,00%	12,50%	6,90%
Brasil	1,10%	1,10%	-4,10%	3,70%	2,60%
Rússia	2,30%	1,30%	-3,10%	3,80%	3,80%

Fonte: FMI

AÇÕES: A MELHOR ARMA PARA COMBATER A INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO NULAS

Num ambiente inflacionista com grande parte das taxas de juros abaixo dos níveis de inflação, o ativo que melhor remunera e, protege deste “imposto invisível”, são as ações, especialmente as que melhor estão a responder a toda a transformação estrutural da conjuntura global. As empresas que apresentam um crescimento facilmente projetável no longo prazo, ou com facilidade em repercutir no consumidor eventuais pressões inflacionistas na sua cadeia de abastecimento são as melhores posicionadas para a atual conjuntura inflacionista. Apesar das correções do setor tecnológico face aos máximos de fevereiro, acabam por ser estas as que mais preparadas se encontram na atual disrupção para um ecossistema económico mais digital. Por fim, as empresas ecologicamente sustentáveis, beneficiadas pela forte redução do custo de produção das energias renováveis, pelos apoios governamentais face á urgência de transformação energética e pelo forte escrutínio dos consumidores, investidores, reguladores na medição do impacto ambiental, social e de governance das empresas. Assim, o Eurostoxx 50 terminou o semestre com uma performance positiva de 14,4%. Países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha seguiram a mesma trajetória ascendente, o CAC 17,2%, já o DAX 13,2%. Os países periféricos, como Espanha, Itália e Portugal obtiveram 9,3%, 12,9% e 2,8%, respetivamente. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos bem positivos. O Nasdaq valorizou 12,5%, o S&P500 obteve 14,4% e o Dow Jones subiu 12,7%, números alavancados pela apreciação do dólar face ao euro em 3%.

No Japão, o Nikkei 225 avançou 4,9%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 valorizou 8,9% no ano, com a apreciação de 4,3% da libra face ao euro a elevar a performance para duplo dígito.

Os países emergentes, tiveram comportamentos antagónicos, com o Índice MSCI Emerging Markets a avançar 6,5%, em linha com o desempenho dos pesos pesados índices chineses e pelo indexante indiano. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma descida de 0,4%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO 1º SEMESTRE 2021 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	6,5%	14,1%
Rússia	MOEX	16,8%	23,5%
Estados Unidos	S&P 500	14,4%	18,0%
Austrália	ASX 200	11,0%	11,6%
Japão	NIKKEI 25	4,9%	1,1%
China	HANG SENG	5,9%	9,0%
Reino-Unido	FTSE	8,9%	13,6%
França	CAC 40	17,2%	17,2%
Alemanha	DAX	13,2%	13,2%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	14,4%	14,4%
Espanha	IBEX 35	9,3%	9,3%
Portugal	PSI 20	2,8%	2,8%
Itália	MIB	12,9%	12,9%

Dados Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: INFLAÇÃO A CONDICIONAR

O mercado obrigacionista na zona euro deverá continuar nos próximos anos sem grandes oportunidades de investimento. As taxas de juros nulas continuam suportadas pelos programas de compra de ativos do BCE. A inexistência de *yield* deverá permanecer nas obrigações soberanas da zona euro, sendo o BCE o maior detentor destes ativos.

Nesta classe de ativos, estamos sobre ponderados em obrigações corporativas americanas de média duração *Investment Grade* que proporcionem um rendimento acima da inflação e suportadas por uma moeda forte. Adicionalmente também estamos *overweight* em dívida *High Yield* europeia e em obrigações indexadas à inflação.

As emissões dos países emergentes, também constam na nossa alocação, com estes ativos a beneficiarem da reabertura da economia destes países pelo aumento da procura das matérias-primas, chips e pela intensificação do turismo ao ritmo da vacinação da população. Posto isto, as *yields* das dívidas governamentais da Alemanha e França subiram para -0,2% e 0,1% refletindo os receios inflacionistas. Nos Estados-Unidos, o agravamento do rendimento dos "*Treasuries*" americanos a 10 anos de 0,9% para 1,5%, refletiram os receios de uma reversão das políticas acomodatórias espoletados pelos surtos inflacionistas.

No Reino Unido, as *yields* terminaram o ano em 0,7%, seguindo a mesma evolução dos seus pares.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021
Estados Unidos	0,9%	1,5%
Alemanha	-0,6%	-0,2%
França	-0,3%	0,1%
Itália	0,5%	0,8%
Espanha	0,0%	0,4%
Portugal	0,0%	0,4%
Grécia	0,6%	0,8%
Reino-Unido	0,2%	0,7%
Suíça	-0,6%	-0,2%

Dados Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: ALIMENTARES, INDUSTRIAIS E ENERGÉTICAS A INFLACIONAR A ECONOMIA GLOBAL

O desempenho das matérias-primas alimentares, industriais e energéticas refletiram a forte procura promovida pelos estímulos económicos e pelas reversões das restrições por todo o globo, sem que a oferta tivesse a capacidade de acompanhar. Estas distorções económicas estão a afetar as cadeias de abastecimento de várias linhas produtivas.

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de 30,9%, para este comportamento muito contribui a performance positiva de aproximadamente de 51,4% do peso pesado petróleo. Ativos considerados de refúgio ou não-cíclicos, o ouro e a prata tiveram um comportamento bem divergente, terminando o semestre a desvalorizar 6,8% e 1% respetivamente.

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (YTD)

Nome	Índice	30 de junho de 2021
Commodity	S&P GS Commodity Index	30,9%
Petróleo	WTI Crude Oil	51,4%
Ouro	Gold	-6,8%
Prata	Silver	-1,0%
Milho	Corn	48,8%
Cobre	Copper	22,1%
Alumínio	Aluminum	27,3%
Gás Natural	Natural Gas	41,8%
Soja	Soy beans	10,2%

Dados Bloomberg

DIVISAS: APRECIÇÃO DO EURO FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o dólar apreciou face aos seus principais pares cambiais. O dólar apreciou 3% face ao euro, a libra apreciou 4,3% e o iene depreciou 4,2%. Realce ainda para a apreciação do real face ao euro de 7,7%.

DESEMPENHO DO FUNDO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

No primeiro semestre de 2021, o fundo Optimize Selecção Defensiva fechou o período com um valor da unidade de participação de 10,6562€ (categoria A) e 10,7844€ (categoria B), no último dia útil de junho, uma valorização de 1,66% e de 1,77% respetivamente face aos seus valores de fecho de 2020, com uma volatilidade ao longo de primeiro semestre de 2021 de 5,96% (nível de risco: 4).

Desde a criação do fundo Optimize Selecção Defensiva, em 2 de novembro de 2015, em que a unidade de participação valia 10,000€, até 30 de junho de 2021 a performance anualizada foi de 1,13% (categoria A) e 1,34% (categoria B).

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGOIC, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 21 4.º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n.º 508 181 321
Início de Atividade do fundo	2 de Novembro de 2015
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,20 % - Categoria A 1,00 % - Categoria B
Comissão de Depositário	0,10 % (*)
Entidade Depositária	Banco de Investimento Global, SA.
Objetivo do fundo	O fundo que pretende proporcionar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa seleção de unidades de participação de fundos de investimento nacionais e internacionais de ações e obrigações, incluindo unidades de participação de fundos geridos pela própria Sociedade Gestora.
Política de investimento	O fundo tem uma política de investimento geograficamente diversificada, essencialmente através de fundos de investimento internacionais, de ações e o restante em fundos de obrigações e de tesouraria. A definição da alocação dos ativos baseia-se numa abordagem comparativa e prospetiva do rendimento e do risco e no Modelo Markowitz. Para cada classe e subclasse de ativos em carteira, a seleção dos fundos de investimento procura o melhor desempenho com base em critérios objetivos de performance, risco e regularidade (tracking error), com base nas avaliações publicadas na revista "Proteste Investe" A carteira investe, em média, de 35 a 55% em ações, numa proporção podendo no entanto, variar entre 0% e 65% (ou fundos de ações), o fundo sendo flexível.

(*) Valor máximo de 0,10% ao ano. Este valor pode ser de 0,09% ao ano caso os ativos sob gestão da Optimize custodiados no BiG sejam superiores a 150.000.000€.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO – CATEGORIA A

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º semestre 2021	1,7%	6,0%	4
2020	-2,2%	6,1%	4
2019	10,1%	5,5%	4
2018	-5,9%	5,3%	4
2017	2,1%	5,4%	4
2016	3,3%	4,3%	3

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO – CATEGORIA B

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º semestre 2021	1,8%	6,0%	4
2020	-2,0%	6,1%	4
2019	10,3%	5,6%	4
2018	-5,7%	5,3%	4
2017	2,4%	5,4%	4
2016	3,6%	4,3%	3

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ATIVOS EM 30 DE JUNHO DE 2021

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	19,7%
Obrigações	78,0%
Tesouraria	2,4%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 30 DE JUNHO DE 2021

Repartição Geográfica	
Europa	53,7%
Suécia	9,9%
Ásia e Pacífico	9,8%
América do Norte	4,9%
China	4,9%
Noruega	4,9%
Suiça	4,8%
Reino Unido	4,8%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2021

Principais Posições	Valor	%
Lyxor ETF EUR Gv 5-7	581.788,28 €	16,3%
iShares ETF EUR Agg	580.654,13 €	16,2%
iShares EUR Gov 3-7y	401.009,12 €	11,2%
Eurizon Bond JPY Z	350.124,60 €	9,8%
UBS ETF - EMU Social	182.248,64 €	5,1%
iShares ETF Sweden	178.032,04 €	5,0%
SPDR BBG 0-5 US HY	176.796,54 €	4,9%
Eurizon-Bond Ag RMB	175.705,60 €	4,9%
Nordea Swedish Bond	174.343,09 €	4,9%
Nordea Norway Bond	173.949,45 €	4,9%
Candriam Bond EUR HY	173.352,06 €	4,8%
AXA WF - Switzerland	173.077,55 €	4,8%
iShares ETF FTSE 100	170.727,54 €	4,8%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS – CATEGORIA A

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º semestre 2021	280.747,04 €	26.345,91540	10,6562 €
2020	283.284,33 €	27.026,09402	10,4819 €
2019	370.977,03 €	34.610,81923	10,7185 €
2018	41.721,51 €	4.286,20894	9,7339 €
2017	22.741,59 €	2.199,14028	10,3411 €

Valores em 31 de dezembro ou 30 de junho (ou em último dia útil de dezembro ou de junho)

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS – CATEGORIA B

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º semestre 2021	3.295.434,67 €	305.573,19574	10,7844 €
2020	3.452.365,05 €	325.805,83423	10,5964 €
2019	4.064.631,09 €	375.944,10789	10,8118 €
2018	3.725.389,21 €	380.227,57772	9,7978 €
2017	3.534.666,28 €	340.287,44912	10,3873 €

Valores em 31 de dezembro ou 30 de junho (ou em último dia útil de dezembro ou de junho)

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2021	2020	2019
Comissão de Gestão	18.049,40 €	21.625,69 €	21.483,32 €
Categoria A	1.692,12 €	1.848,92 €	424,80 €
Categoria B	16.357,28 €	19.776,77 €	21.058,52 €
Comissão de depósito	1.776,79 €	3.197,62 €	3.211,89 €
Custos de Transação	554,70 €	2.443,25 €	1.623,54 €
Comissões suportadas pelos participantes	- €	- €	- €
Comissões de Subscrição	- €	- €	- €
Comissões de Resgate	- €	- €	- €
Proveitos	140.917,48 €	69.599,45 €	374.308,93 €
Custos	77.718,52 €	306.771,81 €	43.483,65 €
Valor Líquido Global	3.576.181,71 €	4.260.613,99 €	4.752.156,61 €

Dados a 30 de junho de 2021, 2020 e 2019

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia.

Durante o último ano verificaram-se constrangimentos da atividade económica mundial com reflexo na redução do PIB, obrigando os Bancos Centrais e governos a implementarem planos de estímulos sem paralelo na história. Já em 2021, o processo de vacinação em curso, permite adotar um tom mais otimista, quanto à reabertura e normalização da economia, muito embora as novas variantes continuem a constituir um fator de incerteza. Consideramos que apesar da volatilidade vivida nos mercados financeiros e da incerteza ainda persistente, com potencial impacto significativo nas rentabilidades dos Organismos de Investimento Coletivo, a Optimize enquanto sociedade gestora, tomou medidas de minimização dos riscos tendo presente as circunstâncias do fundo, aumentando pontualmente a sua liquidez ou reduzindo a sua exposição ao mercado acionista, de acordo com as perspetivas de evolução da economia mundial.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira do fundo Optimize Selecção Defensiva – Fundo de Investimento Aberto Flexível.

EVENTOS SUBSEQUENTES A 30 DE JUNHO DE 2021

Não existem eventos subsequentes no período em causa.

Pela Administração da Optimize Investment Partners SGOIC SA

Lisboa, 27 de agosto de 2021

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

							EUR								EUR
Código	ATIVO	Nota	2021			2020		Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota	2021		2020		
			Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido								
	Outros ativos							Capital do OIC							
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61	Unidades de Participação	1	3.319.191,21	3.528.319,43			
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62	Variações Patrimoniais	1	-44.855,62	-31.317,21			
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64	Resultados Transitados	1	238.647,17	368.805,18			
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0,00	0,00			
21	Obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00			
22	Ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultado líquido do exercício	1	63.198,96	-130.158,01			
2411	OICVM de obrigações	3	2.778.875,10	38.908,56	30.060,79	2.787.722,87	2.883.965,23		Total do capital do OIC		3.576.181,72	3.735.649,39			
2412	OICVM de ações	3	567.189,23	136.896,55	0,00	704.085,78	753.143,94								
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas						
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		0,00	0,00			
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		0,00	0,00			
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	Total da carteira de títulos		3.346.064,33	175.805,11	30.060,79	3.491.808,65	3.637.109,17		Terceiros						
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00			
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423	Comissões a pagar	10	5.029,65	5.937,71			
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424+...+429	Outras contas de credores	10	8.678,31	2.000,00			
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0,00	0,00			
41+519-559	Contas de devedores	10	10.572,39	0,00	0,00	10.572,39	0,00	44	Pessoal		0,00	0,00			
421	Resgates pendentes de regularização	10	0,00	0,00	0,00	0,00	11.972,30	46	Acionistas		0,00	0,00			
	Total dos valores a receber		10.572,39	0,00	0,00	10.572,39	11.972,30		Total dos valores a pagar		13.707,96	7.937,71			
	Disponibilidades								Acréscimos e diferimentos						
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00			
12-43	Depósitos à ordem	3	87.508,64	0,00	0,00	87.508,64	94.505,63	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00			
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00			
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00			
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	0,00			
	Total das disponibilidades		87.508,64	0,00	0,00	87.508,64	94.505,63								
	Acréscimos e diferimentos														
51	Acréscimos de proveitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
52	Despesas com custo diferido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	Total do Ativo		3.444.145,36	175.805,11	30.060,79	3.589.889,68	3.743.587,10		Total do Capital do OIC e do Passivo		3.589.889,68	3.743.587,10			
	Número total de unidades de participação em circulação - Categoria A		26.345,92				27.026,09		Valor unitário da unidade de participação - Categoria A		10,6562	10,4819			
	Número total de unidades de participação em circulação - Categoria B		305.573,20				325.805,83		Valor unitário da unidade de participação - Categoria B		10,7844	10,5964			

2.2 Demonstração dos Resultados em 30 de junho de 2021 e 2020

EUR					EUR				
Código	CUSTOS E PERDAS	Nota	2021	2020	Código	PROVEITOS E GANHOS	Nota	2021	2020
	Custos e Perdas Correntes					Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+...718	De operações correntes		0,00	0,00	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
719	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes		10,25	0,00
	Comissões e taxas				819	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		554,70	2.443,25		Rendimento de títulos e outros ativos			
724+725+726+727+728	Outras operações correntes		22.022,46	28.618,71	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		8.849,16	0,00
729	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	829	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras					Ganhos em operações financeiras			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		53.553,77	265.934,30	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		131.397,94	59.690,10
731+734+738	Outras operações correntes		560,54	8.199,61	831+834+837+838	Outras operações correntes		429,69	9.739,66
739	Em operações extrapatrimoniais		142,47	379,83	839	Em operações extrapatrimoniais		230,44	169,69
	Impostos					Reposição e anulação de provisões			
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais		83,95	127,65	851	Provisões para encargos		0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos		800,63	1.068,46					
7418+7428	Outros impostos		0,00	0,00					
75	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos		0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		0,00	0,00
77	Outros Custos e Perdas Correntes		0,00	0,00					
	Total dos custos e perdas correntes (A)		<u>77.718,52</u>	<u>306.771,81</u>		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)		<u>140.917,48</u>	<u>69.599,45</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM		0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Custos e Perdas Eventuais					Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores incobráveis		0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis		0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias		0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários		0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais		0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
63	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00					
66	Resultado líquido do período (positivo)		<u>63.198,96</u>	<u>0,00</u>	66	Resultado líquido do período (negativo)		<u>0,00</u>	<u>237.172,36</u>
	TOTAL		<u>140.917,48</u>	<u>306.771,81</u>		TOTAL		<u>140.917,48</u>	<u>306.771,81</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		86.138,63	-208.687,45	F - E	Resultados Eventuais		0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		87,97	-210,14	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados Antes de Impostos		64.083,54	-235.976,25
B - A	Resultados Correntes		63.198,96	-237.172,36	B+D+F-A-C- E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		63.198,96	-237.172,36

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2021 e 2020

	EUR	
	2021	2020
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	219.060,38	659.957,53
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	431.754,71	593.887,18
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	-212.694,33	66.070,35
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	263.756,12	3.501.087,39
Reembolso de títulos	0,00	0,00
Rendimento de títulos e outros ativos	8.849,16	0,00
Juros e proveitos similares recebidos	0,00	0,00
Outras taxas e comissões	0,00	0,00
Outros recebimentos relacionados com a carteira	123,00	0,00
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	42.413,32	3.446.102,59
Juros e custos similares pagos	0,00	0,00
Comissões de bolsas suportadas	0,00	0,00
Comissões de corretagem	189,76	1.820,39
Outras taxas e comissões	558,00	655,00
Outros pagamentos relacionados com a carteira	123,00	0,00
Fluxo das operações da carteira de títulos	229.444,20	52.509,41
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	165.260,29	316.655,64
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0,00	0,00
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	0,00	0,00
Pagamentos:		
Operações cambiais	165.395,28	314.780,88
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0,00	0,00
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	0,00	0,00
Fluxo das operações a prazo e de divisas	-134,99	1.874,76
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	10,25	0,00
Pagamentos:		
Comissão de gestão	18.262,42	21.907,35
Comissão de depósito	1.824,93	3.236,94
Juros devedores de depósitos bancários	0,00	0,00
Impostos e taxas	2.734,77	3.342,59
Outros pagamentos correntes	800,00	1.600,00
Fluxo das operações de gestão corrente	-23.611,87	-30.086,88
Saldo dos fluxos de caixa do período	-6.996,99	90.367,64
Disponibilidades no início do período	94.505,63	122.819,55
Disponibilidades no fim do período	87.508,64	213.187,19

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e Taxas”.

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do Valor Líquido Global pelo número de unidades de participação em circulação. O Valor Líquido Global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 14h30 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente;
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- o valor médio das ofertas de compra e de venda firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado. Caso não se verifiquem as condições referidas, a valorização terá em conta o valor médio das ofertas de compra;
 - Na impossibilidade de aplicação do referido acima, recorrer-se-á a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicado a partir de 1 de Julho de 2015, nas seguintes condições:

- IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
- IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.
- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Categoria A	Saldo em	Distribuição de			Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em
	31.12.2020	Subscrições	Resgates	Resultados			
Valor base	270.260,96	9.245,53	16.047,32	0,00	0,00	0,00	263.459,17
Diferença para o valor base	21.591,02	519,23	835,15	0,00	0,00	0,00	21.275,10
Resultados acumulados	32.039,31	0,00	0,00	0,00	-40.606,84	0,00	-8.567,53
Resultado líquido do exercício	-40.606,84	0,00	0,00	0,00	40.606,84	5.016,39	5.016,39
	283.284,45	9.764,76	16.882,47	0,00	0,00	5.016,39	281.183,13
Número de unidades de participação	27.026,10	924,55	1.604,73	-	-	-	26.345,91
Valor da unidade de participação	10,4819	10,5616	10,5204	-	-	-	10,6562

Categoria B	Saldo em	Distribuição de			Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em
	31.12.2020	Subscrições	Resgates	Resultados			
Valor base	3.258.058,47	198.306,12	400.632,55	0,00	0,00	0,00	3.055.732,04
Diferença para o valor base	-52.908,23	12.989,50	26.211,99	0,00	0,00	0,00	-66.130,72
Resultados acumulados	336.765,87	0,00	0,00	0,00	-89.551,17	0,00	247.214,70
Resultado líquido do exercício	-89.551,17	0,00	0,00	0,00	89.551,17	58.182,57	58.182,57
	3.452.364,94	211.295,62	426.844,54	0,00	0,00	58.182,57	3.294.998,59
Número de unidades de participação	325.805,84	19.830,61	40.063,26	-	-	-	305.573,20
Valor da unidade de participação	10,5964	10,6550	10,6543	-	-	-	10,7844

PARTICIPANTES EM 30 DE JUNHO DE 2021

Categoria A	Participantes em 30.06.2021
Superior a 25%	1
De 10% a 25%	0
De 5% a 10%	1
De 2% a 5%	3
De 0,5% a 2%	12
Inferior a 0,5%	15
Total	32

Categoria B	Participantes em 30.06.2021
Superior a 25%	0
De 10% a 25%	1
De 5% a 10%	1
De 2% a 5%	10
De 0,5% a 2%	38
Inferior a 0,5%	120
Total	170

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Categoria A					
Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação	
2021	Março	279.587,51	10,5765	26.434,78153	
	Junho	280.747,04	10,6562	26.345,91540	
2020	Março	250.813,65	9,6421	26.012,40524	
	Junho	273.607,14	10,1962	26.834,10523	
	Setembro	277.095,61	10,2087	27.143,09378	
	Dezembro	283.284,33	10,4819	27.026,09402	
2019	Março	53.352,81	10,3242	5.167,74319	
	Junho	148.253,18	10,5345	14.073,11015	
	Setembro	361.329,86	10,7404	33.642,12287	
	Dezembro	370.977,03	10,7185	34.610,90872	
Categoria B					
Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação	
2021	Março	3.303.990,82	10,6979	308.845,67281	
	Junho	3.295.434,67	10,7844	305.573,19574	
2020	Março	3.815.164,89	9,7313	392.050,67276	
	Junho	3.987.006,85	10,2962	387.230,97260	
	Setembro	3.518.450,12	10,3145	341.117,36313	
	Dezembro	3.452.365,05	10,5964	325.805,83423	
2019	Março	4.268.353,15	10,3975	410.517,25374	
	Junho	4.603.903,43	10,6148	433.724,93416	
	Setembro	3.967.475,28	10,8279	366.412,25755	
	Dezembro	4.064.631,09	10,8118	375.943,97652	

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2021

INVENTÁRIO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Ativo	Valor Aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
112-Títulos de Renda Variável						
1125-UPs						
11251-Fundos de Ações						
AXA WF - Switzerland	144.091,19 €	28.986,37 €	- €	173.077,55 €	- €	173.077,55 €
Sub-total	144.091,19 €	28.986,37 €	- €	173.077,55 €	- €	173.077,55 €
11252-Fundos de Obrigações						
Candriam Bond EUR HY	160.392,96 €	12.959,10 €	- €	173.352,06 €	- €	173.352,06 €
Eurizon-Bond Ag RMB	164.812,80 €	10.892,80 €	- €	175.705,60 €	- €	175.705,60 €
Eurizon Bond JPY Z	379.318,84 €	- €	29.194,24 €	350.124,60 €	- €	350.124,60 €
Nordea Norway Bond	171.955,96 €	1.993,50 €	- €	173.949,45 €	- €	173.949,45 €
Nordea Swedish Bond	169.492,52 €	4.850,57 €	- €	174.343,09 €	- €	174.343,09 €
Sub-total	1.045.973,08 €	30.695,97 €	29.194,24 €	1.047.474,80 €	- €	1.047.474,80 €
1129-ETF's						
11291-ETF's Ações						
iShares ETF FTSE 100	144.950,65 €	25.776,88 €	- €	170.727,54 €	- €	170.727,54 €
iShares ETF Sweden	125.265,18 €	52.766,87 €	- €	178.032,04 €	- €	178.032,04 €
UBS ETF - EMU Social	152.882,21 €	29.366,43 €	- €	182.248,64 €	- €	182.248,64 €
Sub-total	423.098,04 €	107.910,18 €	- €	531.008,22 €	- €	531.008,22 €
11292-ETF's Obrigações						
iShares ETF EUR Agg	581.520,68 €	- €	866,55 €	580.654,13 €	- €	580.654,13 €
Lyxor ETF EUR Gv 5-7	577.303,34 €	4.484,94 €	- €	581.788,28 €	- €	581.788,28 €
SPDR BBG 0-5 US HY	174.539,55 €	2.256,98 €	- €	176.796,54 €	- €	176.796,54 €
iShares EUR Gov 3-7y	399.538,45 €	1.470,67 €	- €	401.009,12 €	- €	401.009,12 €
Sub-total	1.732.902,02 €	8.212,59 €	866,55 €	1.740.248,07 €	- €	1.740.248,07 €
Total	3.346.064,33 €	175.805,11 €	30.060,79 €	3.491.808,65 €	- €	3.491.808,65 €

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	94.505,63	657.059,20	664.056,19	87.508,64
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	94.505,63	657.059,20	664.056,19	87.508,64

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2021

TERCEIROS – ATIVO

	2021	2020
Juros a receber de depósitos ordem	0,00	0,00
Operações de bolsa a regularizar	10.572,39	0,00
Outros valores pendentes de regularização	0,00	11.972,30
	10.572,39	11.972,30

TERCEIROS – PASSIVO

	2021	2020
Subscrições pendentes	0,00	2.000,00
	0,00	2.000,00
Imposto sobre mais valias	0,00	0,00
Comissão de gestão a pagar	3.095,49	3.317,03
Categoria A	289,56	301,01
Categoria B	2.805,93	3.016,02
Comissão de auditoria	467,40	984,00
Comissão de depósito a pagar	923,42	973,48
Taxa de supervisão	100,00	200,00
Imposto do Selo	443,34	463,20
	5.029,65	5.937,71
Operações de bolsa a regularizar	8.678,31	0,00
Imposto a liquidar sobre dividendos	0,00	0,00
	13.707,96	7.937,71

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO

	2021	2020
Proveitos a receber de:		
Carteira de títulos	0,00	0,00
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Despesas com custo diferido	0,00	0,00
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações cambiais a liquidar	0,00	0,00
	0,00	0,00

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2021	2020
Taxa de supervisão	0,00	0,00
Taxa IES	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros acréscimos de custos	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CÂMBIO

POSIÇÕES CAMBIAIS ABERTAS A 30 DE JUNHO DE 2021

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
CHF	207.999,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.999,56
GBP	146.492,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.492,76
NOK	1.769.361,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.769.361,57
SEK	1.800.081,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.081,99
USD	210.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.105,00
Contravalor Euro	888.940,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	888.940,52

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2021, o fundo não tem exposição direta ao risco de taxa de juro, por estar exclusivamente investido em Unidades de Participação de outros fundos de investimento.

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES A 30 DE JUNHO DE 2021

Ações e Valores Similares	Montante (Euro)	Extra-patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos e EIF de Ações	704.085,78	0,00	0,00	704.085,78
Total	704.085,78	0,00	0,00	704.085,78

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS A 30 DE JUNHO DE 2021

	2021	2020
VAR com derivados	- € -	- € 0,00%
VAR sem derivados	27.444,52 € 0,77%	403.507,12 € 10,80%
VLG do Fundo	3.576.181,71 €	3.735.649,38 €

Dados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS A 30 DE JUNHO DE 2021

Categoria A

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	1.692,12 €	0,601%
TEC dos Fundos Integrantes	444,26 €	0,158%
Comissão de Depósito	139,54 €	0,050%
Taxa de Supervisão	47,12 €	0,017%
Comissão da Autoridade da Concorrência	2,94 €	0,001%
Custos de Auditoria	36,71 €	0,013%
Imposto do Selo	62,28 €	0,022%
Outros Custos Correntes	16,42 €	0,006%
Total	2.441,39	
Taxa Encargos Correntes (TEC)		0,868%

Categoria B

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	16.357,28 €	0,495%
TEC dos Fundos Integrantes	5.212,74 €	0,158%
Comissão de Depósito	1.637,25 €	0,050%
Taxa de Supervisão	552,88 €	0,017%
Comissão da Autoridade da Concorrência	34,56 €	0,001%
Custos de Auditoria	430,69 €	0,013%
Imposto do Selo	730,77 €	0,022%
Outros Custos Correntes	192,68 €	0,006%
Total	25.148,85	
Taxa Encargos Correntes (TEC)		0,762%

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Optimize Selecção Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível (o “OIC”) sob gestão da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total do ativo de 3 589 890 euros e um total do capital do OIC de 3 576 182 euros, incluindo um resultado líquido de 63 199 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e as divulgações anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Optimize Selecção Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível, gerido pela Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 das Divulgações anexas às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 97% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido nas “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” no ponto “Valorização da carteira de títulos e da unidade de participação” das divulgações anexas às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização diário da carteira de títulos; • Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal; • Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do OIC relativas ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 e ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro Auditor, que emitiu em 28 de agosto de 2020 e 6 de abril de 2021, respetivamente, os seus Relatórios de Auditoria sem reservas, constando uma menção de ênfase, relacionada com divulgações no Relatório de Gestão sobre as medidas implementadas pelo Conselho de Administração para mitigar os riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de outubro de 2020, para um mandato compreendido entre 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de agosto de 2021;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (república pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro e alterada pela Lei 50/2020, de 25 de agosto), deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)